



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA
ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES
(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

Contratação de Seguro Predial, com coberturas diversas ("incêndios, queda de raios, explosão, fumaça e queda de aeronaves; vendaval, furacão e ciclone; roubo e furto qualificado de bens; danos elétricos; tumultos, greves, *lock out*"), para o imóvel onde funciona o Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas do Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE/PA, compreendendo na cobertura tanto o prédio quanto as urnas eletrônicas ali armazenadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste processo.

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

Os Ciclos de Monitoramento das Auditorias Integradas 2017 - "Processo de Gestão de Urnas Eletrônicas e de Suprimentos e Materiais Eleitorais", processo SEI 0001200-12.2017.6.14.8000 / evento 0762651 recomendaram a presente contratação, de forma a minimizar os riscos envolvidos na gestão deste acervo de urnas eletrônicas.

Os bens patrimoniais deste Tribunal – móveis e imóveis – possuem valores significativos, devendo ser mantidos e garantidos por meio de cobertura adequada de seguro, uma vez que todos implicam direta e indiretamente na manutenção das atividades fins do órgão.

1.3. Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver

O prédio do NGUE encontrava-se coberto por seguro patrimonial (*) até maio de 2024, entretanto não houve renovação da apólice porque, excepcionalmente, o TSE renovou naquele ano mais da metade do parque de urnas. Como haveria mudança significativa nos bens, a decisão foi por se fazer uma nova contratação.

Após as movimentações de urnas ocorridas em 2024, o Tribunal Superior Eleitoral estabilizou o parque do Pará com o seguinte quadro de urnas (**Of. Circular TSE GABDG 194/2023**):

- Urnas 2015 - 4944 unidades; 21,6% do total;
- Urnas 2020 - 9760 unidades; 40,9% do total.
- Urnas 2022 - 8179 unidades - 31,75% do total;
- **Total de urnas estimado: 22.883 unidades**

* Contrato 32/2023, apólice válida até 11/05/2024. Processo 0006703-38.2022.6.14.8000.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

- 1) O objeto da contratação é considerado comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, conforme já constatado em contratação anterior para a capital e região metropolitana e no levantamento de mercado, verificando-se várias soluções passível de contratação por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica.
- 2) Ademais, a contratação é usual no âmbito da Administração Pública e o serviço, conforme sua descrição está disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si, de modo que permite a decisão de aquisição com base no menor preço.
- 3) Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507/2018 e IN SEGES/MP n.º 05/2017, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 4) Observa-se que o objeto a ser contratado não está cadastrado no catálogo eletrônico de padronização, disponível no Portal Nacional de Compras Públicas (observar tópico 4.8 deste estudo).

2.2. Necessidade continuada ou não do serviço

(X) SIM () NÃO

A presente contratação visa garantir a cobertura securitária ininterrupta do edifício do NGUE e das urnas eleitorais, justificando-se, assim, a necessidade de um contrato de natureza continuada.

2.2.1. Vigência plurianual

() SIM, conforme justificativa abaixo. (X) NÃO

2.3. Regime de Execução

(X) Empreitada por preço global

() Empreitada por preço unitário

- **Custo Total Claro:** Já se sabe o preço total do seguro desde o início, o que ajuda a controlar os gastos e evitar surpresas.
- **Cobertura Definida:** Todos os detalhes do seguro (o que cobre, valores, etc.) são combinados antes, diminuindo chances de problemas ou discussões durante o contrato.

2.4 Adoção da sistemática do registro de preços:

() SIM (X) NÃO

2.4.1. Não cabe, no presente caso, em nenhuma hipótese do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

() SIM (X) NÃO

2.5.1 Analisando as contratações anteriores, não se verifica qualquer motivação que justifique a necessidade de permissão da subcontratação parcial dos serviços, seja como meio de ampliar a disputa ou atender a condição específica do mercado. Ademais, é vedada a subcontratação da parcela principal da contratação ou das parcelas de maior relevância técnica.

2.6. Garantia de execução contratual

() SIM (X) NÃO

2.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação **dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**, pelo motivo da contratação não exigir dedicação exclusiva de mão de obra e não ter sido identificado riscos significativos na fase de execução do objeto.

2.7. Requisitos de capacitação

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

2.7.1 Não se constata a necessidade de capacitação do gestor e dos fiscais do contrato, considerando as contratações anteriores e modelagem de gestão do contrato.

2.8. Requisitos legais

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.8.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Lei Complementar nº 123, de 2006 - institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Decreto-Lei n. 73/1966 - dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.**
- **Decreto n. 60.459, de 13 de março de 1967 - regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 168, de 14 de fevereiro de 1967, e nº 296, de 28 de fevereiro de 1967.**

2.9. Requisitos temporais

2.9.1. A apólice deverá ser emitida, *digitalmente*, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis após a assinatura do contrato.

2.9.2. O prazo de vigência da apólice é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

2.9.3. O prazo de vigência do contrato será pelo período de **12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura, **prorrogável por até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. Vistoria Técnica

(X) SIM () NÃO

2.10.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser

contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 15h.

2.10.2 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá agendar sua visita pelo e-mail do Núcleo Gestor de Urnas (ngue@tre-pa.jus.br), com agendamento possível até um dia útil antes da licitação. Durante a vistoria, o responsável deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.10.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

2.11. Critérios e práticas de sustentabilidade

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.11.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na legislação ambiental, notadamente na Lei nº 12.305, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no **Plano de Logística Sustentável do TRE/PA** e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

- Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por formato totalmente digital;
- Disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir cartões de PVC que demoram décadas para se decompor;

2.11.2. Os critérios de sustentabilidade definidos visam alinhar a contratação aos princípios de desenvolvimento sustentável, reduzir impactos ambientais e sociais, e garantir a eficiência e a durabilidade das soluções implementadas. Sua adoção é respaldada pela legislação vigente e pelas boas práticas de compras públicas sustentáveis.

2.12. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação.

2.12.1 Não será possível a participação de consórcio de empresas nesta licitação, em razão da baixa complexidade do objeto a ser fornecido.

2.13. Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação.

2.13.1 Não há vedação a participação de sociedades cooperativas.

2.14. Possibilidade de participação de Pessoa física

() SIM (X) NÃO

2.14.1. A LC nº 126/2007, dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, que regulamenta a atividade seguradora no Brasil, estabelece que as seguradoras devem ser constituídas sob a forma de sociedades anônimas ou cooperativas, o que pressupõe a existência de pessoa jurídica, não sendo permitindo a pessoa física.

2.15. Tratamento diferenciado para ME e EPP

2.15.1. De acordo com o art. 3º, §4º, VIII da LC 123/2006, a empresas de seguro privado não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal.

2.16. Requisitos de Habilitação

2.16.1. Certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está autorizada a operar no mercado segurador brasileiro no ramo patrimonial, conforme estipulado no art. 36º do Decreto-Lei nº 73/1966.

2.17 Considerações sobre o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

IMR será adotado? () SIM (X) NÃO

2.17.1. Primeiramente, é importante destacar que o IMR é uma ferramenta valiosa em contratações públicas quando se trata de serviços que envolvem complexidades técnicas, metas de produtividade bem definidas e critérios objetivos de medição da qualidade do serviço.

2.17.2. Além disso, é relevante observar que *a contratação em questão não requer uma medição de produtividade no sentido estrito*, uma vez que as obrigações contratuais gerais estarão claramente definidas no Termo de Referência (TR) e no contrato. Eventuais descumprimentos injustificados dessas obrigações já estão contemplados com a estipulação de sanções, o que garante a responsabilização do contratado em caso de inexecução ou mau desempenho.

2.17.3. Nesse contexto, *não se mostra razoável a adoção do IMR apenas para medir o cumprimento de obrigações contratuais gerais que não estão diretamente relacionadas à produtividade do serviço*. A introdução do IMR poderia resultar em uma complexidade desnecessária no processo de contratação, acrescentando etapas de medição que não agregariam valor significativo à gestão do contrato.

2.17.4. Cabe ressaltar que a utilização do IMR pressupõe a definição de critérios específicos e objetivos de mensuração da qualidade do serviço. No entanto, no caso em questão, *não foram identificados parâmetros específicos que possam ser utilizados para medir a qualidade do serviço. A ausência desses critérios tornaria a aplicação do IMR inadequada e subjetiva*.

2.17.5. Considerando todos esses pontos, é justificável a não adoção do IMR para esta contratação. Em vez disso, recomenda-se que a gestão do contrato seja realizada por meio dos mecanismos já estabelecidos, como o acompanhamento técnico e a fiscalização, em conformidade com o que está previsto no contrato e no TR. Essa abordagem permitirá uma gestão eficaz do contrato, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais de forma adequada, sem a necessidade de introdução de um instrumento de medição que não se mostra apropriado para o caso em questão.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1. Identificação das alternativas disponíveis

3.1.1. A contratação de seguro se dá por meio de apólices (contratos de seguro), as quais contêm um conjunto de cláusulas contratuais, que estabelecem as obrigações e direitos do Segurado e do Segurador.

Via de regra as condições contratuais podem agregar:

- ✓ **Condições Gerais:** nome dado, nos contratos de seguro, às condições comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes. Por exemplo, estão entre as cláusulas obrigatoriamente presentes, nas condições gerais, aquelas que estabelecem o objeto do seguro, o foro, as obrigações do segurado, etc.;
- ✓ **Condições Especiais ou Acessórias:** especificam as diferentes modalidades de cobertura que possam existir dentro de um mesmo plano de seguro. São disposições anexadas à apólice, que modificam as condições gerais, ampliando ou restringindo as suas disposições;
- ✓ **Condições Particulares:** conjunto de cláusulas que alteram as Condições Gerais e/ou Especiais de um plano de seguro, modificando ou cancelando disposições já existentes, ou, ainda, introduzindo novas disposições e eventualmente ampliando ou restringindo a cobertura; são especificadas para cada contrato, pois individualizam determinados tópicos ou coberturas de um contrato em particular.

3.1.2. Nesse sentido, considerando que a única solução possível é a contratação de seguro, conforme recomendação indicada no item 1.2 deste ETP, as alternativas variam basicamente em relação às coberturas.

3.2. Comparação das alternativas

3.2.1 Conforme sobredito, somente existe uma única solução, qual seja, contratar seguro, sendo que haverá diferença na contratação principalmente no que tange à abrangência de cobertura do bem segurado, que dependerá das necessidades do Tribunal, não havendo, portanto, outras alternativas a serem comparadas.

3.3. Alternativa mais vantajosa

3.3.1. Com base nos cálculos efetuados nesta unidade, devido ao significativo rearranjo das urnas armazenadas com o processo de remanejamento, renovação e desfazimento das urnas de 2009 a 2013, assim como ao substancial aumento do valor patrimonial a ser segurado, não será possível renovar o contrato atual nem endossar a apólice em vigor. Portanto, a única solução para o caso é a realização de um novo processo de contratação/licitação (o aumento do valor contratual seria de aproximadamente 55% em relação ao valor atual do contrato).

O mercado de seguros é regido pelas normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Sendo que as apólices, mesmo quando contratadas pela Administração Pública Direta, são regidas predominantemente pelas regras do direito privado que estabelecem as condições gerais dos contratos de seguros disponíveis ficando a critério do contratante a definição das coberturas básicas e complementares, as quais foram definidas anteriormente no presente estudo, conforme vem sendo utilizadas nas contratações de anos pretéritos em imóveis desta Justiça Especializada.

3.4. Contratações Públicas consultadas

Local: Goiânia/GO **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL **Unidade compradora:** 070023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 27/11/2023 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 27/11/2023 09:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 11/12/2023 14:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00509018000113-1-001848/2023 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de seguro predial, tipo risco absoluto, para os edifícios próprios da Justiça Eleitoral Goiana.

Local: Campo Grande/MS **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL **Unidade compradora:** 070016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.D.O SUL

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto-Fechado **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 17/11/2023 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 17/11/2023 12:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 04/12/2023 14:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00509018000113-1-001757/2023 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

SEGURO PREDIAL de imóveis próprios e/ou locados, utilizados pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1 A solução a ser contratada consiste na **prestação de serviço de seguro patrimonial**, com o fornecimento da apólice correspondente, para o imóvel onde funciona o Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas (NGUE) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA) e para as urnas eletrônicas ali armazenadas.

4.2 Essa contratação visa **garantir a proteção patrimonial de bens essenciais (imóvel e urnas eletrônicas)**, mitigando riscos que poderiam comprometer a logística e a segurança das eleições, o que está alinhado ao objetivo estratégico FSPE - Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral - PEJEP 16-21.

4.3 Considerando o ciclo de vida do objeto (o serviço de seguro), a solução funcionará da seguinte maneira:

- **Início e Emissão da Apólice:** Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá emitir a apólice de seguro correspondente em até 15 (quinze) dias úteis. Essa apólice formaliza as coberturas contratadas e informações essenciais como dados da seguradora, datas de vigência, valor do prêmio, limites de garantia e indenização.
- **Vigência da Cobertura:** O contrato terá um prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, com possibilidade de prorrogação. Durante este período, os bens (imóvel e urnas armazenadas no NGUE) estarão segurados contra os riscos específicos listados, como incêndios, roubo, danos elétricos, entre outros. É importante notar que as urnas que estiverem fora do prédio do NGUE por conta da eleição não estarão cobertas pelo seguro contratado.
- **Gestão e Fiscalização do Contrato:** Durante a vigência, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e gestor(es) do contrato designados pelo TRE/PA. A comunicação formal entre as partes ocorrerá por escrito, podendo incluir mensagem eletrônica.
- **Procedimentos em Caso de Sinistro:** Em caso de ocorrência de um sinistro coberto pela apólice, o Contratante (TRE/PA) avisará a seguradora (Contratada). A Contratada terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para iniciar o atendimento e avaliação dos danos.

- **Pagamento da Indenização:** Após a avaliação e entrega da documentação completa, a Contratada deverá garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, descontada a Participação Obrigatória do Segurado (POS) definida. A indenização visa reparar os danos ou prejuízos decorrentes dos riscos segurados.
- **Renovação e Reajuste (na prorrogação):** Ao final do período de 12 meses, caso haja interesse na prorrogação, a Contratada deverá apresentar uma nova apólice. O valor do prêmio poderá ser reajustado, considerando a atualização do valor segurado dos bens (imóvel e urnas) e a aplicação do IPCA/IBGE acumulado.

4.4 Ao término da vigência contratual (seja no prazo inicial ou após prorrogações), o serviço de seguro cessa, conforme os termos pactuados. Procedimentos específicos de transição e finalização não se aplicam, dada a natureza da contratação.

4.5 Em essência, a solução de seguro funciona como uma **rede de proteção financeira** para os bens essenciais do TRE/PA, ativada em caso de sinistros específicos, com procedimentos claros para a emissão da apólice, gestão do contrato, avaliação e indenização de danos. Os detalhes técnicos das coberturas, dos bens segurados (características das urnas e do imóvel) e dos valores envolvidos estão pormenorizados em outros anexos e seções deste Termo de Referência.

4.6. DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO BEM IMÓVEL.

- O Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas é um imóvel próprio do Tribunal.
- Localização : Conjunto Cidade Nova II, Travessa WE 13, s/n, Bairro Coqueiro, Ananindeua-PA, CEP. 67.130-410.
- Mapa Google : <https://goo.gl/maps/Zz7Yy9qG76tbw4YC6>.
- Nunca ocorreram sinistros de quaisquer espécies no imóvel, que já está em uso como Núcleo Gestor de Urnas desde 2002, há 19 anos.
- O imóvel conta com vigilância armada 24 h em guarita no portão de acesso.
- O Núcleo de urnas possui as seguintes dimensões: Área interna: 2.743 m²; Área externa: 1.076,45 m²; Área Total: 3.819,46 m²; Coordenadas GMT - 1,369688, -48,408451.
- O Núcleo de urnas do Tribunal Regional Eleitoral do Pará é uma Unidade Administrativa do Tribunal (NGUE) que conta atualmente com três servidores e aproximadamente 20 colaboradores que atuam diariamente dentro de sua estrutura.
- As atividades desenvolvidas dentro do Núcleo são primariamente administrativas, ou seja, atividades de escritório e, também, atividades de almoxarifado e depósito, com estoque de material permanente (mobiliário, eletroeletrônicos, equipamentos de informática, urnas eletrônicas, baterias, cabinas para urnas e material de consumo (papel, toner, material para escritório, material de limpeza, etc.).
- Além disso, os colaboradores que atuam naquela estrutura realizam diariamente (segunda a sexta e, em período eleitoral, de segunda a domingo), sob a supervisão dos servidores, a movimentação e a manutenção preventiva de 400 a 600 urnas por dia, ou seja, a movimentação interna de urnas no Núcleo é constante e praticamente ininterrupta.
- O prédio possui uma estrutura tipo mezanino que ocupa 70% da área do prédio do Núcleo Gestor, formando uma estrutura interna parcial de dois andares.
- Ambos os andares são utilizados tanto para armazenamento de materiais quanto para manutenção preventiva e corretiva de urnas. A área administrativa funciona no andar superior.
- Ambos os andares possuem divisórias de ambientes internos em alvenaria e em estruturas montáveis de vidro/madeira. Existe também divisão do ambiente interno por meio de grades que atuam, principalmente, no controle de fluxo e proteção de equipamentos/materiais.
- O armazenamento das urnas ocorre em pallets com empilhamento de até 4x10 urnas, separados um do outro por uma distância aproximada de um metro.
- O Acesso ao andar superior se faz por meio de escadas e por uma rampa lateral. Não há elevador no ambiente.
- A movimentação de materiais entre os dois andares é feita através da rampa ou de uma empilhadeira elétrica, através de abertura protegida por grade móvel no mezanino. A movimentação dentro do mesmo pavimento é feita através de carros hidráulicos (transpaletes).
- Não há atendimento ao público externo no prédio.
- O prédio a ser assegurado possui sistemas protecionais e de combate ao incêndio, conforme descrito a seguir:
 - quatro hidrantes, dois em cada andar, com bomba de pressurização, tubulação de aço galvanizado de 2 ½, mangueira e bocais
 - Sistema de abastecimento de água subterrânea, poço artesian, conjunto moto- bomba com 02 bombas centrífugas de 03 CV, rede de recalque e reservatório elevado com capacidade de 20 m³;
 - Rede de distribuição d'água fria;
 - brigada de incêndio, com funcionários treinados e habilitados para operar os sistemas protecionais;
 - extintores de incêndio.
- A planta do imóvel encontra-se em PDF no Anexo II do Termo de Referência.
- Imagens ilustrativas do imóvel encontram-se no **Anexo III do Termo de Referência**.

4.7. DAS URNAS ELETRÔNICAS

4.7.1 As Urnas Eletrônicas são computadores customizados para função específica de receber a votação de forma segura, emitindo, ao final do processo, um relatório de votação (boletim de urna).

4.7.2. Todas as urnas são embaladas em caixas de papelão revestidas internamente com encaixes em polímeros termoplásticos para absorção de impactos.



Imagem interna de uma caixa de urna eletrônica

4.7.2. As especificações técnicas resumidas das urnas eletrônicas seguem abaixo.

	Processador	Memória RAM	Memória armazenamento interno	Perímetro criptográfico na CPU	Fonte inteligente	Teclado do TM	Display do TE	Teclado do TE	Impressora	Leitor biométrico	Bateria
UE2022	Intel® Atom™ E3940 1.6 GHz	4GB DDR3L	4GB M2 SATA Soquetada	Sim	Sim	Digital Sensível ao toque	LCD 10,1" Policromático	Mecânico	Térmica com comunicação USB criptografada	HID DP5360	Lítio-Ferro-Fosfato 9Ah
UE2020	Intel® Atom™ E3940 1.6GHz	4GB DDR3L	4GB M2 SATA Soquetada	Sim	Sim	Digital Sensível ao toque	LCD 10,1" Policromático	Mecânico	Térmica com comunicação USB criptografada	HID DP5360	Lítio-Ferro-Fosfato 9Ah
UE2015	Intel® Atom™ Z510P	512MB DDR2	Flash card 512MB	Sim	Sim	Mecânico	LCD 10,1" Policromático	Mecânico	Térmica com comunicação USB criptografada	Futronic FS-81 HS	Chumbo-ácido 7Ah

UE 2022 (8.179 unidades)	UE 2020 (9.760 unidades)	UE 2015 (4.944 unidades)
--------------------------	--------------------------	--------------------------

<p>Processador: Intel® Atom™ E3940 1.60 GHz</p> <p>Memória RAM: 4GB DDR3L</p> <p>Memória interna: 4GB M2 SATA Soquetada</p> <p>Possui hardware de segurança: Sim</p> <p>Perímetro criptográfico certificado ICP-Brasil: Sim</p> <p>Possui fonte de energia inteligente: Sim</p> <p>Teclado do Terminal do Mesário: Digital Sensível ao toque</p> <p>Display do Terminal do Eleitor: LCD 10,1" Policromático</p> <p>Teclado do Terminal do Eleitor: Mecânico</p> <p>Impressora Térmica com comunicação USB criptografada</p> <p>Leitor biométrico: HID DP5360 com comunicação criptografada</p> <p>Bateria: Lítio-Ferro-Fosfato 9Ah</p>	<p>UE2020</p> <p>Processador: Intel® Atom™ E3940 1.60 GHz</p> <p>Memória RAM: 4GB DDR3L</p> <p>Memória interna: 4GB M2 Soquetada</p> <p>Possui hardware de segurança: Sim</p> <p>Perímetro criptográfico certificado ICP-Brasil: Sim</p> <p>Possui fonte de energia inteligente: Sim</p> <p>Teclado do Terminal do Mesário: Digital Sensível ao toque</p> <p>Display do Terminal do Eleitor: LCD 10,1" Policromático</p> <p>Teclado do Terminal do Eleitor: Mecânico</p> <p>Impressora Térmica com comunicação USB criptografada</p> <p>Leitor biométrico: HID DP5360 com comunicação criptografada</p> <p>Bateria: Lítio-Ferro-Fosfato 9Ah</p>	<p>UE2015</p> <p>Processador: Intel® Atom™ Z510P1.10GHz</p> <p>Memória RAM: 512MB DDR2</p> <p>Memória interna: Flash Card 512MB</p> <p>Possui hardware de segurança: Sim</p> <p>Perímetro criptográfico certificado ICP-Brasil: Não</p> <p>Possui fonte de energia inteligente: Sim</p> <p>Teclado do Terminal do Mesário: Mecânico</p> <p>Display do Terminal do Eleitor: LCD 10,1" Policromático</p> <p>Teclado do Terminal do Eleitor: Mecânico</p> <p>Impressora Térmica com comunicação USB criptografada</p> <p>Leitor biométrico: Futronic FS-81 HS</p> <p>Bateria: Chumbo-ácido 7Ah</p>
 <p>— Ano de fabricação: 2023</p> <p>— Fabricante: Positivo Tecnologia</p> <p>— Quantidade adquirida: 221.998</p> <p>— Situação: Em uso</p>	 <p>— Ano de fabricação: 2021</p> <p>— Fabricante: Positivo Tecnologia</p> <p>— Quantidade adquirida: 224.999</p> <p>— Situação: Em uso</p>	 <p>— Ano de fabricação: 2016</p> <p>— Fabricante: Diebold</p> <p>— Quantidade adquirida: 95.885</p> <p>— Situação: Em uso</p>

4.7.1 Franquia e P.O.S:

4.7.1.1. O valor das franquias e P.O.S serão calculados conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência.

4.8. Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 47, I, da Lei 14.133/21)

4.8.1 Conforme o disposto no Art. 47, I, da Lei 14.133/21, é imperativo atender ao princípio da padronização na contratação de serviços, bens e obras pela Administração Pública.

4.8.2 Nesse contexto, a especificação do bem ou do serviço, deve ser realizada preferencialmente conforme Catálogo Eletrônico de Padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança. Contudo, observamos que o objeto a ser contratado não está cadastrado no catálogo eletrônico de padronização, disponível no Portal Nacional de Compras Públicas.

4.8.3 No entanto, para atender ao princípio da padronização, implementaremos as seguintes medidas:

- Elaboração de Especificações Técnicas Padronizadas:** Serão desenvolvidas especificações técnicas detalhadas que descrevam de forma precisa e clara os requisitos para o serviço objeto deste estudo. Essas especificações serão elaboradas de acordo com as normas e padrões reconhecidos na área, garantindo a qualidade e eficácia do serviço.
- Utilização de Termos de Referência Padronizados:** Os Termos de Referência utilizados nos editais de licitação serão padronizados, estabelecendo requisitos uniformes para os licitantes. Isso permitirá uma avaliação justa e igualitária das propostas apresentadas.
- Adoção de Contratos-Modelo:** Utilizaremos contratos-modelo que incluem cláusulas padrão para os serviços do objeto em destaque. Essas cláusulas incluirão disposições relacionadas a prazos, entregas, qualidade do serviço, responsabilidades das partes, entre outros aspectos relevantes.
- Adoção de listas de verificação padronizadas:** Nos termos do que dispõe o Enunciado BPC nº 06 e o artigo 36 da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017, antes do envio do processo para análise jurídica, deve ser realizada uma avaliação de conformidade legal do procedimento de contratação.
- Consulta aos Guias, Instrumentos de Padronização, Cadernos de logística e Manuais especializados:** Serão consultados os vários guias de referência

técnica existentes, tais como, o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS) da AGU, o Manual de Licitações e Contratos do TCU e o Cadernos de Logísticas de Pesquisa de Preços.

4.8.4 Ao adotar essas medidas, asseguramos que o serviço contratado estará em conformidade com o princípio da padronização, promovendo eficiência e qualidade nas contratações públicas. O objetivo é atender não apenas às exigências legais e regulamentares, mas também a um padrão elevado de excelência na prestação de serviços à sociedade.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1 Trata-se de apólice única cobrindo **01 (um) imóvel** - prédio do Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas e as **22.883** unidades de urnas eletrônicas lá armazenadas, cuja delimitação está indicada no item 6.3 deste ETP.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. Considerando-se a renovação do parque e, ainda, a atualização contábil promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral nas urnas modelo 2020/2022, será considerado o valor das urnas informados pela SECOB no e-mail 2660695.

- UE2015: R\$ 2.218,32 (dois mil duzentos e dezoito reais e trinta e dois centavos);
- UE2020: R\$ 4.114,70 (quatro mil cento e quatorze reais e setenta centavos);
- UE2022: R\$ 5.965,15 (cinco mil novecentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos).

6.2. Para o prédio/benfeitorias não foram alterados os valores segurados.

6.3. De posse dessas informações, calcula-se o Limite Máximo de Indenização do novo seguro:

Bens	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Urnas 2015	4944	R\$ 2.218,32	R\$ 10.967.374,08
Urnas 2020	9760	R\$ 5.014,73	R\$ 40.159.472,00
Urnas 2022	8179	R\$ 5.965,15	R\$ 48.788.961,85
Prédio do Ngue/Benfeitorias			R\$ 2.691.847,68
TOTAL GERAL			R\$ 102.607.655,61 (cento e dois milhões, seiscentos e sete mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos)

6.4. Aplicando-se a regra de reajuste do contrato atual (32/2023 evento 1897984), cláusula 5.1.4, chegar-se-ia ao seguinte valor de prêmio:

6.4.1. A Taxa de prêmio do presente Contrato 32/2023 é de:

- **R\$ 34.870,00** (trinta e quatro mil, oitocentos e setenta reais) / **R\$ 63.901.051,70** (sessenta e três milhões, novecentos e um mil cinquenta e um reais e setenta centavos).

TAXA DE PRÊMIO
0,000545687419413787

6.4.2. Aplicando-se a tabela do item 5.1.4 do contrato:

	Memória de cálculo	Valor
Hipótese 3 - Valor Segurado 2023 aumentado (VS2023)	--	R\$ 111.391.948,41
Valor do Prêmio 2023 (VS2023 x Taxa de prêmio)	R\$ 111.391.948,41*0,000545687419413787	R\$ 60.785,11
Reajuste Ipca (prêmio 2023 + IPCA) (*) Considerando-se IPCA 4%	R\$ 60.785,11 + 4%	R\$ 57.111,54
Valor final do Prêmio reajustado	--	R\$ 63.216,59

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. Considerando a natureza da contratação (seguro patrimonial), por meio da qual os bens devem ser segurados em sua totalidade, e que o desmembramento em itens geraria maior custo para a Administração, entende-se que não é possível o parcelamento da solução, de acordo com o apresentado neste documento. Para embasar esta decisão, foram consideradas a viabilidade técnica e econômica, eventuais perdas, aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade. Assim, tendo em vista, ainda, a ausência de risco para o atingimento da economia de escala, a licitação será por por **ITEM**.

7.2. Além disso, as seguradoras trabalham ou com a "cobertura básica", ou com a "cobertura básica ampla", não fornecendo tais produtos de forma fracionada pela inviabilidade econômica (vide ainda a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP Nº 392 DE 30/10/2020).

- Cobertura básica: incêndios, queda de raios, explosão e queda de aeronaves
- Cobertura básica ampla: incêndios, queda de raios, explosão e queda de aeronaves; vendaval, furacão e ciclone; roubo e furto qualificado de bens; danos

elétricos

7.3. No que diz respeito à avaliação dos preços no âmbito do Pregão Eletrônico, o **critério adotado será o de menor preço**, conforme os parâmetros estabelecidos para este tipo de procedimento.

7.3.1. Os preços apresentados serão entendidos como neles estando incluídos os custos diretos e indiretos, tributos, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1. A equipe de planejamento não vislumbra contratações que guardem relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida.

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (obrigatório)

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. A presente aquisição terá reflexo no objetivo estratégico FSPE - Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral - PEJEP 16-21. A fonte de recursos vem da União, através Ação Orçamentária 20 GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral. Classificação de despesa 33.90.39.69 - SEGUROS EM GERAL.

9.2. A contratação foi incluída no **Plano de Contratações 2025 com os seguintes dados:**

I) Portaria: 23.423/2024;

II) Anexo: IV;

III) Item: 42;

IV) ID PCA no PNCP: 05703755000176-0-000001/2025 link (<https://pncp.gov.br/app/pca/05703755000176/2025>). ID do Item no PCA nº 60.165 (Serviço);

V) Data de publicação no PNCP: 29/11/2024.

9.3. O planejamento da contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável - PLS, mais especificamente com o objetivo específico "aprimorar os processos de compras e contratações, promovendo a inserção de critérios socioambientais nos contratos", conforme requisitos contidos na especificação técnica do objeto e no item 2.11 deste ETP.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. Redução dos riscos envolvidos na gestão do parque de urnas.

10.2. Minimizar o tempo de reparo do imóvel e de recuperação do acervo na eventual ocorrência de sinistros.

10.3. Recuperar o valor necessário para recompor, ainda que parcialmente, a estrutura e o acervo interno do Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas, em caso de sinistro.

10.4. Atendimento às recomendações da Secretaria de Auditoria nos Ciclos de Monitoramento das Auditorias Integradas 2017 - "Processo de Gestão de Urnas Eletrônicas e de Suprimentos e Materiais Eleitorais", processo SEI 0001200-12.2017.6.14.8000 / evento 0762651.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. Não foram identificadas ações que devem ser executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. Não foram identificados impactos ambientais significativos resultantes da contratação que exijam a implementação de medidas mitigadoras.

12.2. No que se aplica à presente contratação, já foi inserida a informação no item 2.11. deste ETP "Critérios e Práticas de Sustentabilidade".

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

(x) Pregão Eletrônico Tradicional

() Pregão Eletrônico - SRP

() Adesão a Ata de Registro de Preços*

() IRP (Intenção de Registro de Preços)

() Contratação Direta - **Inexigibilidade de Licitação** (Art. 74 e incisos da Lei 14.133/2021)

() Contratação Direta - **Dispensa de Licitação** (Art. 75 e incisos da Lei 14.133/2021)

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.



Documento assinado eletronicamente por **DILSON ATHIAS MESQUITA, Coordenador**, em 23/05/2025, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL OLIVEIRA REIS, Técnico Judiciário**, em 23/05/2025, às 12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2704900** e o código CRC **A2337352**.

0012769-97.2023.6.14.8000

2704900v6